



RELACI – 3.2.24 (FAFIA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA

Gestor responsável: Cassio Leandro Frauches de Souza

Exercício: 2022

1. INTRODUÇÃO

A Unidade Central de Controle Interno elaborou o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2022, no dia 24/03/2022, o qual foi enviado ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, aprovado, tendo como destaque a realização de auditorias nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como em suas Autarquias, conforme Lei nº 3.582/2020, assim como nas normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011).

No entanto, a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno, no exercício de 2022, foi prejudicada devido ao baixo quantitativo de servidores (conforme demonstrado no quando de pessoal abaixo).

Além disso, surgiram novas demandas, como atendimentos às notificações dos órgãos de controle externo, especialmente do TCE-ES (ações de controle interno; transparência nos recursos públicos; recomendações quanto às novas legislações, etc.).

1.1. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2022 para as atividades da UCCI foram disponibilizados somente 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2022	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	n/a	n/a
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.633/2022	19/05/2022 Exonerado a pedido em: 31/08/2022



Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) UG's, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

2.1. Plano Anual de Atividades – PAA 2022

- Controlador Geral do Município – CGM

Controladoria Geral do Município			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Demandas Internas	Análises de demandas internas	1. Análises de demandas por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, podendo resultar em abertura de trabalhos específicos de auditoria; 2. Análises de processos, por solicitação das Autarquias e/ou Secretarias Executivas, com emissão de parecer técnico, a fim de subsidiar o gestor na tomada de decisão; 3. Orientações aos técnicos das UG's em demandas pontuais, com estudos técnicos.
02	Demandas Externas (TCE, MP, MPC, CGU e TCU)	Análises de demandas externas	1. Atendimento às notificações e citações dos Órgãos de Controle Externo; 2. Diligências às solicitações do TCE-ES em relação ao Prefeito ou dos Gestores Ordenadores de Despesas; 3. Atendimento às demandas do MP-ES e do MPC-ES; 4. Acompanhamento de prazos das solicitações dos Órgãos de Controle Externo (TCE-ES, MP-ES, MPC-ES, CGU e TCU);



			5. Atendimento e acompanhamento às determinações e recomendações do TCE-ES, cujo resultado da ação será ponto de análise da PCA.
03	Outras Demandas	PAA	1. Acompanhamento da execução do PAA.
04	Prestação de Contas Anuais	PCA	1. Elaboração dos Relatórios e pareceres conclusivos (RELACI, RELUCI e INFOCI) sobre as contas das Autarquias e das UG's; 2. Elaboração do Relatório e parecer conclusivo sobre as contas do Prefeito (RELOCI, RELACI e INFOCI).
05	Prestação de Contas Mensal	PCM	1. Homologação do Rol de Responsáveis.
06	Tomada de Contas Especial	TCE	1. Controle e instituição de prazos; 2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES).
07	Auditorias	PAAI	1. Acompanhamento da execução do PAAI.

- Superintendência de Controle Interno – SCI

Superintendência de Controle Interno			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Anual	1. Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face às exigências legais (prazos e transparência).
02	Relatórios de Execução Orçamentária – RREO	Bimestral	1. Monitorar atendimento de prazos.
03	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral / Semestral	1. Monitorar atendimento de prazos; 2. Fiscalização da gestão fiscal (controle da despesa com pessoal, informando imediatamente ao Prefeito Municipal, caso constatado descumprimento dos limites previstos na LRF).
04	Outras Demandas	PAA	1. Execução do PAA.
05	Auditorias	PAAI	1. Execução do PAAI.
06	Ações de Integridade	Revisão de Normas de controle interno (Res. 227/2011 TCE-ES) Metodologias ágeis no contexto da administração pública	1. Revisão de normas já existentes e elaboração de outras por demanda das Secretarias; 2. Reuniões de orientação às Secretarias para elaboração e/ou atualização das normas; 3. Estudo de viabilidade para aplicação de Metodologias ágeis no contexto da administração pública.

- Superintendência de Ouvidoria e Participação Social – SOPS

Superintendência de Ouvidoria e Participação Social			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Ações de Transparência / Controle Social	Portal Transparência	1. Monitoramento da inserção das informações, com a elaboração e aplicação de Checklist; 2. Notificação às Secretarias para atendimento de maneira imediata; 3. Se a situação da Secretaria permanecer inalterada, realizar reunião com os agentes envolvidos, na qual serão estabelecidos prazos para regularização da situação;



			4. Orientações aos técnicos das Secretarias para inserção das informações; 5. Solicitação de aperfeiçoamento do Portal junto à empresa contratada, conforme demandas dos órgãos de controle externo; 6. Monitoramento da inserção das informações atualizadas por parte das Secretarias; 7. Notificação às Secretarias envolvidas para atendimento aos quesitos de transparência exigidos pelos órgãos de controle.
02	Ações de Transparência / Controle Social	Ouvidoria Municipal	1. Monitoramento dos prazos de atendimento e solicitações via Sistema; 2. Atendimento ao cidadão presencial, via telefone e via Plataforma Fala.BR; 3. Auxílio na resolução de demandas junto às Secretarias; 4. Elaboração anual dos seguintes relatórios: Estatístico de Ouvidoria e Estatístico do e-Sic (com ampla publicidade).
03	Ações de Integridade	Programa TIME Brasil – CGU Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – TCU	1. Coordenar as atividades relacionadas aos Programas TIME Brasil (CGU) e PNPC (TCU).

2.1.1. Atividades em Destaque – PAA 2022

2.1.2. Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas

2.1.3. Prestação de Contas Mensal – PCM (2022)

A UCCI atua no monitoramento do envio da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),¹ além de ser responsável por informar à Corte o rol de responsáveis das Unidades Gestoras, por meio do sistema CidadES.

Para isso, é realizado um intenso trabalho de acompanhamento quanto aos prazos estabelecidos no Calendário de Obrigações do TCE-ES para o lançamento das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle no sistema CidadES.

Situação do envio de remessas ao TCE-ES – FAFIA Exercício de 2022	
Janeiro	Remessa homologada em 18/02/2022
Fevereiro	Remessa homologada em 08/03/2022
Março	Remessa homologada em 06/04/2022
Abril	Remessa homologada em 09/05/2022

¹ Remessa e processamento dos dados referentes à abertura do exercício e às prestações de contas mensais dos jurisdicionados. Seguindo as datas determinadas pelo TCE-ES, o gestor deve lhe encaminhar as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), suas atualizações, além das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle.



Maio	Remessa homologada com atraso em 13/07/2022
Junho	Remessa homologada com atraso em 14/07/2022
Julho	Remessa homologada em 05/08/2022
Agosto	Remessa homologada em 09/09/2022
Setembro	Remessa homologada em 10/10/2022
Outubro	Remessa homologada em 08/11/2022
Novembro	Remessa homologada em 06/12/2022
Dezembro	Remessa homologada em 25/11/2023

Para o exercício de 2022 não há remessas pendentes de dados de PCM junto ao TCE-ES.

2.1.4. Prestação de Contas Anual – PCA (2022)

A UCCI, conforme determina a Lei nº 3.582/2020, e normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), é responsável por emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela Prefeitura Municipal, Unidades Gestoras e Autarquias Municipais.²

No primeiro trimestre do exercício de 2023 a UCCI examinou, conforme a competência e formação acadêmica do seu quadro de pessoal, os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual (PCA) da Prefeitura Municipal, bem como das Unidades Gestoras e das Autarquias Municipais, relativo ao exercício de 2022, resultando na emissão de 15 (quinze) relatórios de controle interno e 07 (sete) arquivos estruturados.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, bem como avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal de Alegre.

2.1.5. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO e RGF – 2022)

O **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal prevista em seu artigo

² Conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita a emissão de parecer prévio avaliando a gestão política do Chefe do Poder Executivo ou o julgamento, manifestado por meio de acórdão, sobre as contas dos ordenadores de despesas.



165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito.

Vale ressaltar a existência de prazos para a emissão e publicação dos supramencionados instrumentos de transparência da gestão fiscal, quais sejam:

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	PERÍODO	PRAZO LIMITE PARA PUBLICAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
RREO	1º Bimestre	30 de março	Art. 52 da LRF
	2º Bimestre	30 de maio	
	3º Bimestre	30 de julho	
	4º Bimestre	30 de setembro	
	5º Bimestre	30 de novembro	
	6º Bimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
RGF	1º Quadrimestre	30 de maio	Art. 55, § 2º c/c 63, II, "b", da LRF
	1º Semestre*	30 de julho	
	2º Quadrimestre	30 de setembro	
	3º Quadrimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre*	30 de janeiro do exercício seguinte	

*Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 63 da LRF.

Importante mencionar que, por intermédio do OFÍCIO Nº 057/2022 – UCCI / GABINETE / SEFIP, foi encaminhado aos agentes envolvidos um cronograma informativo a fim de facilitar a fiscalização e monitoramento das atividades.

Além disso, a Unidade Central de Controle Interno promoveu, diligentemente, alertas periódicos à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento para a observância dos prazos de publicação dos relatórios em questão, cumprindo, assim, as funções descritas no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal.

2.1.6. Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA (2022)

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 082/2022 - UCCI / GABINETE / SEFIP, com data de 18/04/2022, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para encaminhamento do projeto



de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2023 ao legislativo municipal, qual seja, 30/04/2022.

Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 017/2022 para a Câmara Municipal no dia 29/04/2022, atendendo ao disposto no art. 3º, § 5º, do Regimento Interno do Poder Legislativo Alegrense.

Do mesmo modo que a legislação fixa prazo para o encaminhamento do projeto de lei ao legislativo, também fixa para a devolução e sanção daquele, cujo prazo limite vence em 30/06/2022.

Vale destacar que o prazo anteriormente indicado fora devidamente observado, tendo a Lei nº 3.719/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023) sido sancionada no dia 28/06/2022.

Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a Unidade Central de Controle Interno encaminhou o OFÍCIO Nº 249/2022 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 14/09/2022, alertando sobre o dever de encaminhar, ao legislativo municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2023, cujo prazo encerrou em 30/09/2022, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 045/2022, encaminhado para a Câmara dos Vereadores na data limite acima mencionada.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta UCCI, o OFÍCIO Nº 317/2022 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 07/12/2022, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2022, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.751/2022 sancionada na data limite para tanto.

Infere-se, assim, que o Executivo Municipal observou diligentemente os prazos previamente estabelecidos, sancionando a contento as supramencionadas leis que dispõem sobre os imprescindíveis instrumentos de planejamento orçamentário.

Assim agindo, a Unidade Central de Controle Interno cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.

2.1.7. Revisão de Normas de Controle Interno (Resolução nº 227/2011) e Aplicação de Metodologias Ágeis



A normatização ou revisão das instruções normativas existentes demandam considerável tempo e disponibilidade não apenas da Unidade Central de Controle Interno, mas, também, dos demais setores envolvidos. Tempo este que foi comprometido em razão de diversas determinações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para a instauração de procedimentos visando a apuração e ressarcimento de eventuais danos ao erário, sendo tais procedimentos denominados de Tomada de Contas Especial.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Alegre existem 11 (onze) Tomadas de Contas Especiais em tramitação, sendo 3 (três) delas em relação à atos de gestão envolvendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA, e as 8 (oito) demais envolvendo assuntos previdenciários entre Prefeitura e o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre - IPASMA.

Noutro bordo, quanto a utilização de metodologia ágil no contexto da administração pública, o estudo para sua implementação foi igualmente comprometido em virtude das Tomadas de Contas Especiais citadas acima. Contudo, no exercício de 2022, foi dado início a utilização do Trello, que se trata de uma ferramenta visual que possibilita, de maneira coletiva, o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Permitindo a criação de checklists, fixação de prazos, bem como a automação na organização das atividades, otimizando o controle sobre o trabalho desempenhado na execução dos planos de atividades e auditorias estabelecidas para o exercício.

Vale, por fim, ressaltar que, no exercício de 2023, será instaurado novo procedimento para revisão de normas e estudo para aplicação de metodologia ágil no contexto da administração pública, vez que é objetivo desta Unidade Central de Controle Interno promover a atualização das normas procedimentais dos demais sistemas administrativos que compõem a estrutura municipal, bem como aperfeiçoar e otimizar as atividades desenvolvidas.

2.1.8. Transparência e Acesso à Informação (2022)

2.1.9. Portal da Transparência

No que se refere às ações de transparência, a SOPS colaborou para constantes melhorias no Portal da Transparência, a começar pela elaboração de checklists com avaliações periódicas de acordo com a metodologia do ITGP – Índice de Transparência e Governança Pública, na área da saúde e geral, com a publicação dos levantamentos realizados no Portal da Transparência, conforme link:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=382>



Notificou as Secretarias para providenciar lançamentos e adequações no Portal da Transparência, orientou de forma técnica os gestores para inserção das informações no Portal, notificou a manterem atualizadas suas respectivas páginas e menus no Portal da Transparência, recomendou ainda, o cumprimento das metas pactuadas nos Programas aderidos que envolvem ações de Transparência, Integridade e Participação Social.

De forma colaborativa, ainda realizou publicações de documentos em Menus no Portal da Transparência, como Conselhos Municipais, Integridade, Carta de Serviços, Controle Interno, Saúde, Educação, Repasses e Institucional.

2.1.10. Ouvidoria Municipal (Fala.BR)

A Ouvidoria, no uso de suas atribuições, recebe, classifica, trata e responde as manifestações típicas de Ouvidoria, fixadas pela Lei nº 13.460/2017 (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e demais pronunciamentos de usuários), conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.455/2021, assim como as manifestações relativas ao Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), presencialmente, na sede da Unidade Central de Controle Interno, Telefone ou via e-mail (ouvidoria@alegre.es.gov.br), alertando diligentemente os gestores quando identificados eventuais atrasos e inobservância dos prazo fixados nas legislações aplicáveis.

2.1.10.1. Relatório Estatístico Ouvidoria (2022)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico da Ouvidoria Municipal**, contendo dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2022.

Relatórios de Ouvidoria:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=480>

2.1.10.2. Relatório Estatístico e-SIC (2022)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico do e-SIC**, contendo dados relativos aos pedidos de Acesso à Informação no exercício de 2022.

Relatórios do e-SIC:



<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=39>

Foi implementado o Menu “Ouvidoria Municipal” no Portal da Transparência, com objetivo de reunir as competências e ações realizadas pela Ouvidoria, como a divulgação de seus relatórios, cartas de serviços, legislações, dúvidas frequentes, a fim de facilitar ao usuário o amplo acesso das informações, em homenagem aos princípios da Eficiência e Publicidade da Administração Pública.

Menu Ouvidoria Municipal:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/ouvidoria.aspx>

2.1.11. Ações de Integridade e Combate à Corrupção (2022)

2.1.11.1. Programa Time Brasil – CGU

A UCCI atuou, no exercício de 2022, junto à Controladoria-Geral da União (CGU), no **Programa Time Brasil**, com metas pactuadas para avanços na gestão pública nos eixos de Transparência, Integridade e Participação Social.

EIXO	OBJETIVOS
Transparência	Ações que fomentam a facilidade de acesso às informações, a abrangência e atualização das informações e a implementação dos normativos de transparência e acesso à informação.
Integridade	Ações que fomentam o fortalecimento das funções de controle interno, o planejamento de iniciativas de prevenção da corrupção e de promoção da ética e da integridade no município.
Participação Social	Ações que fomentam a participação ativa da comunidade, o controle social, a educação cidadã e a interação com a sociedade.

Os documentos relacionados ao Programa Time Brasil, tais como: Termo de Adesão; Criação de Grupo de Trabalho; Detalhamento Inicial do Plano de Ação e Cronograma de Trabalho estão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=244>

2.1.11.2. Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – TCU

A UCCI atuou, no exercício de 2022, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), no **Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)**, o qual é um projeto colaborativo



que tem como principal objetivo mobilizar as instituições de controle, suas redes constituídas e gestores públicos em uma estratégia para combater a corrupção em resposta aos anseios da sociedade.

<https://www.rededecontrole.gov.br/verifique-adesao-pnpc/>

2.1.11.3. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A UCCI, no exercício de 2022, atuou na Política de Privacidade e na LGPD no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre-ES.

No site da Prefeitura Municipal de Alegre consta toda a atuação em relação à LGPD:

<https://alegre.es.gov.br/servicos/lgpd-protecao-de-dados/>

Através da Portaria nº 4.427/2021 o Controlador Geral do Município foi designado como Encarregado de Dados (Data Protection Officer – DPO), para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2.1.12. Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos (2022)

Os servidores da UCCI participaram, durante o exercício de 2022, de cursos, palestras e treinamentos pertinentes às suas atribuições, conforme quadros abaixo:

Kassio Valadares Amorim / Controlador Geral do Município

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Curso "Atuação do Controle Interno sobre as Demonstrações Contábeis", realizado no dia 08 de novembro de 2022, de 08h30 às 12h30, com carga horária de 04 horas, parte integrante do "Enfoc 2022 - Encontro de Formação e Controle"	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI" nas datas de 15 e 16 de fevereiro de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)



Curso "Tomada de Contas Especial" nas datas de 26 e 27 de Abril de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos", nas datas de 17 e 18 de Março de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso de Controle e Auditoria – O modelo de 3 linhas nas Licitações e Contratos Públicos, nos dias 15 e 16/09/2022, 16 horas.	STAFF – Consultoria, Treinamentos e Produção de Eventos
Curso "Transparência Pública - Avaliação de Portais da Transparência Planejamento, Implantação e Gestão de Ouvidoria e Carta de Serviços ao Usuário" nas datas de 09 e 10 de março de 2022, com carga horária de 16 horas.	Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST)
Curso "Como gerar o arquivo INFOCI conforme Anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas anual", no dia 03/03/2022, com carga horária de 1 hora.	EL Produção de Softwares
Evento "Lançamento do Relatório de Transformação Digital Municipal", no dia 18/05/2022, com carga horária de 1:15 horas.	GOVE
Curso "LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD", realizado nos dias 09 e 10 de novembro de 2022, de 08h30 às 17h30, com carga horária de 16 horas.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Ronney Milanez Baldotto / Superintendente de Controle Interno

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI, ministrado pelos Instrutores, Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, com carga horária de 16 horas, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2022	Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST



Live INFOCI - Como gerar o arquivo INFOCI conforme o anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas anual (PCA), ministrado pela área técnica responsável, com carga horária de 1 hora, no dia 03 de março de 2022.	E&L Produções de Software
Transparência Pública - Avaliação de Portais da Transparência Planejamento, Implantação e Gestão de Ouvidoria e Carta de Serviços ao Usuário, ministrado pelo Instrutor, Ricardo Monteiro Oliveira, com carga horária de 16 horas, nos dias 09 e 10 de março de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST
Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelo Instrutor, Alexandre Amorim, com carga horária de 16 horas, nos dias 17 e 18 de março de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST
Tomada de Contas Especial, ministrado pelo Instrutor, Marcelo Rodrigues da Rosa, com carga horária de 16 horas, nos dias 26 e 27 de abril de 2022.	Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST
Controle e Auditoria - O modelo de 3 linhas nas Licitações e Contratos Públicos, ministrado pelo Instrutor, Marcelo Antunes, com carga horária de 16 horas, nos dias 15 e 16 de setembro de 2022.	Staff Consultoria, Treinamentos e Produção de Eventos
Atuação do Controle Interno sobre as Demonstrações Contábeis - ENFOC 2022 - Polo Alegre, ministrado pelo Instrutor, Rodrigo Lubiana Zanotti, com carga horária de 4 horas, no dia 8 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - ENFOC 2022 - Polo Alegre, ministrado pelo Instrutor, Durval Senna da Silva, com carga horária de 16 horas, nos dias 09 e 10 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Nicolly Mendes de Paula / Superintendente de Ouvidoria e Participação Social

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
ENFOC 2022 - Práticas de Gestão em Ouvidorias na Era da Informação – TCE-ES, ministrado pelo instrutor Durval Senna, com carga horária de 16 horas, nos dias 16 e 17 de novembro de 2022.	Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

2.2. Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022



Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022

1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo

1.2. Gestão Previdenciária

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamentos de débitos previdenciários	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.9	Despesa Administrativa	• Lei 9.717/98, art. 6, VIII; • Portaria 403/2008, art. 15. • Lei Local.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Contas de Gestão do RPPS

1.3. Gestão Patrimonial

1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)



	as demonstrações contábeis				
1.4. Limites constitucionais e legais					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes
2. Itens de abordagem complementar					
2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA					
2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
2.2.21	Transparência na gestão de instrumentos de planejamento demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Contas de Governo
2.3. Gestão patrimonial					
2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5. Gestão Previdenciária					
2.5.3	Alíquota de contribuição de Fixação	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
2.5.4	Alíquota de contribuição de Recolhimento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei	Auditoria Governamental	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as	Contas de Gestão



		9717/1998, arts. 1º e 3º.	de conformidade	alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	(Todas as UG's)
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Lei 9.717 de 1998, art.1, VI; Portaria MPS 402/2008, art. 10, §3º e art. 12; Orientação Normativa MPS 02/2009, art. 15, I.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Conformidade (Verificação documental)	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Conformidade (Verificação documental)	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Contas de Gestão do RPPS

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



Os pontos de controle prioritários e complementares acima foram extraídos da Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 que “estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”.

Fiscalização e acompanhamento quanto ao cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME)

Em atendimento ao item 1.3 do Acórdão 00540/2019-1-Plenário, proferido nos autos do Processo nº 05960/2018-5, no âmbito do TCE-ES, a UCCI estabeleceu acompanhamento rotineiro das metas do Plano Municipal de Educação, haja vista o atendimento parcial das recomendações do controle interno, pela Secretaria Executiva de Educação, durante a execução do PAAI do exercício de 2021.

2.2.1. Atividades de Auditoria – PAAI 2022 - FAFIA

Pessoal - Função de Confiança e Cargos em Comissão

Pessoal - Contratação por Tempo Determinado

Foi constatado que a FAFIA jamais realizou sequer um concurso em toda a sua existência, e que vem admitindo pessoal para os cargos efetivos, sem concurso público, em afronta ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

O que se tem verificado é a contratação direta de pessoal com anotação na CTPS, dando falsa sensação de vínculo efetivo com a Instituição, sendo certo que as exceções citadas na Constituição Federal não podem ser ampliadas e interpretadas pelos gestores públicos para fugir ao princípio da obrigatoriedade do concurso público.

A UCCI alertou à FAFIA quanto ao provável reflexo significativamente negativo de tal conduta (manutenção de contratações irregulares) na Prestação de Contas da Folha de Pagamento – PCF, Prestação de Contas Mensal – PCM, Prestação de Contas Anual – PCA, bem como no preenchimento do e-Social.

O MPES foi cientificado das irregularidades, e mesmo com a existência de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (23/08/2016), emitiu Notificação Recomendatória



(nº 02/2022), para que o Prefeito Municipal de Alegre e o Diretor da FAFIA proceda a contratação de professores para a Instituição através de Processo Seletivo.

Quanto ao quadro administrativo permaneceu o compromisso firmado em Ata (PA MPES 2016.0025.5974-47 – 25/02/2019): “2- O quadro administrativo da FAFIA será substituído junto com o concurso do executivo municipal em data a ser apazada nos autos do procedimento extrajudicial respectivo (...)”.

2.3. Elaboração do PAA e do PAAI 2023

Em cumprimento com a meta estabelecida para o exercício de 2022 o **Plano Anual de Atividades – PAA** e o **Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI**, para o exercício de 2023, já foram confeccionados, bem como aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, e se encontram disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

2.4. Atendimento às Demandas Advindas dos Órgãos de Controle Externo (2022)

Durante o exercício de 2022, a UCCI foi acionada a se manifestar e monitorar diversos procedimentos advindos de fiscalizações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, dentre os quais destacamos:

Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
MPES	Processo PMA 4779/2021 Processo Seletivo Edital nº 003/2021 FAFIA	Suspensão do Edital nº 003/2021 para adequação do procedimento aos mandamentos da Lei Municipal nº 3.611/2020	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações ao Diretor da FAFIA, Dr. Cassio Leandro Frauches de Souza, para que adotasse as seguintes providências: a) que por meio de ato administrativo próprio, promova a suspensão do Edital 003/2021 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA), para adequação do procedimento aos mandamentos da Lei Municipal nº 3.611/2020; b) que instaure regular



		<p>procedimento administrativo para a condução do Processo Seletivo, observando rigorosamente os requisitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 3.611/2020, que foram didaticamente elencados no item nº 7 da "Apresentação da Nova Lei de Contratações Temporárias";</p> <p>c) que a confecção do novo Edital do Processo Seletivo, bem como a condução do procedimento administrativo seja feito por Comissão de servidores, designada por Portaria ou Decreto. Recomenda-se, ainda, com base no entendimento do TCE-MT, que a maioria dos membros da Comissão sejam efetivos, e ocupem cargo de nível equivalente ou superior aos que serão selecionados, revestindo-se de maior segurança pela possibilidade de responsabilização administrativa;</p> <p>d) que o novo Edital do Processo Seletivo seja objeto de ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da Imprensa, conforme estabelece o art. 3º da Lei Municipal nº 3.611/2020, e não só no site oficial da FAFIA, sob pena de ferir o princípio da ampla concorrência;</p> <p>e) que no novo Edital do Processo Seletivo sejam observados os prazos máximos de vigência dos contratos administrativos a serem firmados pela FAFIA, conforme art. 4º da Lei Municipal nº 3.611/2020;</p> <p>f) que no novo Edital do Processo Seletivo sejam observados os direitos previstos aos servidores contratados temporariamente, conforme</p>
--	--	---



		<p>art. 8º da Lei Municipal nº 3.611/2020;</p> <p>g) que no novo Edital do Processo Seletivo sejam observadas as vedações aos servidores contratados temporariamente, conforme art. 12 da Lei Municipal nº 3.611/2020;</p> <p>h) que no novo Edital do Processo Seletivo sejam observadas as situações em que o contrato pode ser rescindido ou extinto, conforme art. 13 da Lei Municipal nº 3.611/2020;</p> <p>i) quanto à Taxa de Inscrição é possível que haja previsão no edital de valor a ser cobrado pelos candidatos, a título de inscrição no certame, com intuito de custear, mesmo que em parte, os gastos realizados pela FAFIA, com a realização da seleção. É oportuno destacar que o valor deve ser compatível com a remuneração do cargo a ser preenchido. Entretanto, não houve, no Edital, a previsão de isenção da Taxa de Inscrição, com requisitos e prazos, para propiciar a ampliação do acesso aos cargos públicos, ainda que a título provisório, aos hipossuficientes;</p> <p>j) que no novo Edital do Processo Seletivo seja estabelecido prazo razoável entre a divulgação do Edital e as inscrições; para o período de inscrições; e entre a divulgação do Edital e as avaliações. Garantindo que a publicidade adequada, somada ao prazo razoável, permita a consagração da ampla concorrência e da competitividade esperada para o certame. Onde recomendamos a fixação do prazo mínimo de 15 (quinze) dias entre a</p>
--	--	---



		<p>divulgação do Edital e o início das inscrições, bem como o prazo de 7 (sete) dias úteis para o período de inscrições, compreendendo, ao menos, 30 (trinta) dias entre a divulgação do Edital e a conferência dos envelopes, consoante o entendimento do TCE-MT, o qual mostra relevante prudência;</p> <p>k) que no novo Edital sejam corrigidas as inconsistências em relação ao Anexo II do Edital atual, diferenciando as exigências de qualificação profissional entre os cargos de docentes e os demais, haja vista a Plataforma Lattes ser um sistema de currículos virtual criado e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, voltado para registrar a carreira acadêmica dos profissionais, com ênfase em informações como nível dos conhecimentos em outros idiomas, artigos publicados, projetos de pesquisa, projetos de extensão, grupos de pesquisa, participação em bancas, coautoria em artigos, etc, não sendo razoável exigir a publicação de currículo para os candidatos das áreas de Serviço de Manutenção, Apoio Técnico Administrativo e Nível Superior (Advogado);</p> <p>l) que no novo Edital, para o cargo de Nível Superior (Advogado), seja esclarecida a exigência quanto a “experiência mínima de 2 (dois) anos na área pública”, que apesar de ser uma previsão constante da Lei Municipal nº 3.524/2018, pode causar dúvidas aos candidatos;</p> <p>m) que no novo Edital, para o cargo de Nível Superior</p>
--	--	---



		<p>(Advogado), seja esclarecida a exigência quanto ao "domínio de sistemas informatizados", uma vez que tal requisito consta do Edital atual, porém, não existe qualquer especificação sobre quais sistemas informatizados são esses, o que dificulta a identificação pelo candidato sobre o adequado preenchimento (ou não) da imposição apresentada pelo Edital.</p> <p>n) Com relação ao cadastro de reserva, deve-se constar no edital o número total por funções, formalizando os contratos dos selecionados à medida que surgir a necessidade durante o período de validade do processo seletivo. Esta medida é bastante eficaz para contratação de pessoal, a fim de preencher cargos em que há grande rotatividade.</p> <p>A Controladoria alertou, por inúmeras vezes, ao Diretor da FAFIA quanto à necessidade de regularização dos profissionais da FAFIA, sobretudo a necessidade de realização de concurso público.</p> <p>Também foi alertado ao Diretor da FAFIA sobre o provável reflexo significativamente negativo de tal conduta (manutenção de contratações irregulares) na Prestação de Contas da Folha de Pagamento – PCF, Prestação de Contas Mensal – PCM, Prestação de Contas Anual – PCA, bem como no preenchimento do e-Social.</p> <p>A situação dos profissionais da FAFIA foi levada ao conhecimento do MPES, bem como do TCE-ES (PCA exercício de 2021, Relatórios de Controle).</p>
--	--	---



Unidade Central de Controle Interno – Procedimentos Internos (74, IV, CF)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
UCCI	Processo PMA 1866/2021 eSocial PMA, UG's e Autarquias	Implementação do eSocial no âmbito da administração direta e indireta do Município de Alegre	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). - Aos Diretores de Autarquias Municipais, FAFIA, IPASMA e SAAE: a) Consagrando o princípio da eficiência administrativa, previsto expressamente no art. 37, caput, da Constituição Federal, que disponibilizem meios para que todos os servidores que atuem em áreas relacionadas a Contabilidade e Recursos Humanos, sejam eles efetivos ou comissionados, realizem cursos de capacitação sobre o eSocial aplicado ao Setor Público; b) Que confeccione, com urgência, um Plano de Trabalho, tal como foi feito pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alegre, para a efetiva implementação do eSocial no âmbito de sua respectiva Autarquia Municipal. - Ao Secretário Executivo de Administração, Sr. Wagner de Pinho Pires: a) Que apresente, com urgência, resposta por escrito à DRH quanto à homologação, pela SEAD, das práticas administrativas e do Plano de Trabalho, que foram apresentados através do Ofício nº 058/2021; b) Caso aprovado, seja determinado à DRH o envio do informativo eSocial aos demais setores envolvidos para ciência de



		<p>suas obrigações e do cronograma federal para a implementação do sistema, nos termos do Ofício nº 058/2021;</p> <p>c) Que por ato administrativo próprio promova a regulamentação dos itens constantes às fls. 04/05 do Ofício nº 058/2021, especialmente quanto aos prazos indicados pela DRH;</p> <p>d) Que instaure procedimentos administrativos próprios, com urgência, visando sanar as possíveis irregularidades apontadas nos itens 2, 5 e 7 – fls. 08/09 – Ofício nº 058/2021;</p> <p>e) Que apresente, com urgência, resposta por escrito à DRH quanto à aprovação, pela SEAD, dos itens 1/5 – fl. 09 – Ofício nº 058/2021, lembrando que tais requerimentos se mostram razoáveis e necessários ao bom funcionamento do setor;</p> <p>f) Que em conjunto com o Secretário Executivo de Educação, viabilizem meio e alterações necessárias, para que o setor de Recursos Humanos da SEED atue em harmonia com a DRH PMA, evitando, desta forma, conflitos nas informações prestadas e/ou embaraços na execução do Plano de Trabalho;</p> <p>g) Em complementação às recomendações já expedidas pela Controladoria, que foram consubstanciadas nas recomendações do Ministério Público Estadual, que a efetiva implementação do sistema biométrico (identificação por leitura das impressões</p>
--	--	--



			digitais) de controle de frequência no âmbito da Prefeitura Municipal de Alegre; Monitoramento GRUPO 4 – Órgãos públicos (fases 1, 2, 3 e 4).
--	--	--	--

2.5. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados (2022)

Durante o exercício de 2022, não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais relativas aos gestores da FAFIA, porém foram conduzidas TCEs instauradas em exercícios anteriores e ainda não finalizadas, nos moldes da IN TC nº 32/2014, conforme tabela abaixo:

Processo PMA	Descrição do caso de dano apurado	Data de Instauração da TCE	Data de encaminhamento ao TCE-ES	Valor do Débito	Protocolo Processo no TCE-ES
7197/2019	Apurar a totalidade dos encargos financeiros incidentes sobre o recolhimento de contribuições previdenciárias em atraso, relativas ao exercício de 1999 a 2014, bem como a responsabilidade e o ressarcimento aos cofres do município, tendo em vista que tal despesa é considerada ilegítima e contrária à finalidade pública, impondo-se sua glosa, informando, ainda, a esta Corte de Contas sobre o resultado obtido. PCA dos exercícios de 2013 e 2014 da FAFIA Processos TC 2532/2014, 05958/2018-8 e 03439/2015-3	20/01/2020	15/06/2020	Débito Principal: R\$ 2.234.025,46 Multa/Juros e Encargos: R\$ 2.007.647,54 Total do débito: R\$ 4.241.673,00 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 01155/2021-1 emitida pelo TCE-ES.	Processo nº 04852/2020-8
311/2020	Apuração e quantificação do dano, bem como identificação dos responsáveis, devendo comunicar a instauração e encaminhar ao TCE nos prazos prescritos nos artigos 5º e 14 da Instrução Normativa TC nº 32/2014 (Item II do Voto) PCA do exercício de 2016, da FAFIA Processo TC 05514/2017-6	20/01/2020	15/06/2020	Débito principal: R\$ 108.959,10 Multa/Juros e Encargos: R\$ 61.589,63 Total do débito: R\$ 170.548,73 Obs.: Os valores corretamente atualizados	Processo nº 04777/2020-5



				encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 00547/2021-4 emitida pelo TCE-ES	
4980/2020	Caracterização ou elisão do dano (art. 7º da IN nº 32/2014) provocado pelo pagamento de juros de mora e multas com perda patrimonial de R\$ 64.041,51 / Item II.2.2 do Acórdão 00776/2020-8 – 2ª Câmara	30/11/2020	04/03/2021	Débito Principal: R\$ 64.041,51 Multa/Juros e Encargos: R\$ 9.232,91 Total do débito: R\$ 73.274,42 Obs.: Os valores corretamente atualizados encontram-se sob apuração, seguindo as diretrizes indicadas na Manifestação Técnica nº 01052/2021-3 emitida pelo TCE-ES	Processo nº 00352/2021-5

2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, na forma como determinam a Lei nº 3.582/2020, assim como as normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), a Unidade Central de Controle Interno apresenta para apreciação desta Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI – 3.2.24 (FAFIA)**.

De acordo com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da UCCI, no exercício de 2022, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da administração municipal, bem como pelo atendimento do PAA e do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública (art. 37, CF).

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI, percebe-se com clareza que cumprimos com as nossas atribuições e competências, ao assistir o Poder Executivo do



Município de Alegre na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, nos controles internos administrativos e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Alegre/ES, 24 de março de 2023.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020